

Em Minas, menor endividamento

por Yves Léon Winandy
de Belo Horizonte

O governo de Minas Gerais espera arrecadar CZ\$ 654,2 bilhões em operações de crédito, no próximo ano, em comparação com os CZ\$ 102,11 bilhões (em valores da época) que considerava necessários para 1988, no final de setembro do ano passado. A informação consta do projeto de lei orçamentária para 1989, entregue na sexta-feira pelo secretário estadual da Fazenda, Luiz Fernando Gusmão Wellisch, ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Neif Jabur.

Proporcionalmente à receita total estimada (CZ\$ 3,1 trilhões), a necessidade de operações de crédito chega a 21%, percentual bastante inferior ao do orçamento deste ano (41,5%), que previa uma receita total de CZ\$ 245,72 bilhões. Para Wellisch, e de acordo com informações divulgadas no final da tarde de sexta-feira, pelo governo do estado, isto se deveria "à administração da dívida e à melhora no desempenho da máquina arrecadadora, o que elevou a participação relativa da receita própria".

Em termos de despesas, o custeio de pessoal, com CZ\$ 1 trilhão, é o item de peso mais significativo, re-

petindo o registrado por ocasião da elaboração do orçamento para 1988, quando se previu que o item absorveria CZ\$ 78,19 bilhões (da época). As receitas correntes, para 1989, estão estimadas em CZ\$ 2,2 trilhões, com a receita tributária totalizando CZ\$ 1,7 trilhão e as receitas de capital, CZ\$ 740,3 bilhões.

Todos esses valores foram calculados levando-se em conta uma inflação esti-

mada em 8,5% (média mensal), para o próximo ano, ou 166,17%, em termos anuais. Segundo mensagem do governador Newton Cardoso que acompanha o projeto de orçamento, "essa hipótese de inflação (...) foi a escolhida porque não é razoável admitir que o País continue a conviver por muito mais tempo com taxas mensais da ordem de 20 a 25%.

"Certamente, a longo

de 1989, medidas serão tomadas pelo governo federal com vistas a trazer a inflação mensal ao nível de um dígito", complementa. Em outro trecho, a mensagem do governador, referindo-se à reforma tributária que deve entrar em vigor em março de 1989, afirma que "ninguém pode, com segurança, estimar os reais efeitos" dessa alteração no orçamento dos estados brasileiros.